



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOÃO PEDRO DE ANDRADE FILHO

**O EMBATE DAS CORES, AMARELO VERSUS BRANCO:
Um Retrato da Simbologia Envolvendo os Argemiristas nas
Eleições Campinenses entre 1947 e 1951.**

CAMPINA GRANDE - PB

2012

JOÃO PEDRO DE ANDRADE FILHO

**O EMBATE DAS CORES, AMARELO VERSUS BRANCO:
Um Retrato da Simbologia Envolvendo os Argemiristas nas
Eleições Campinenses entre 1947 e 1951.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo

CAMPINA GRANDE - PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A553e

Andrade Filho, João Pedro de.

O embate das cores, amarelo versus branco [manuscrito]: um retrato da simbologia envolvendo os argemiristas nas eleições campinenses entre 1947 e 1951. /João Pedro de Andrade Filho. – 2012.

46 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo, Departamento de História”.

1. Nova História Política 2. Simbologia 3. Argemiristas I. Título.

21. ed. CDD 900

JOÃO PEDRO DE ANDRADE FILHO

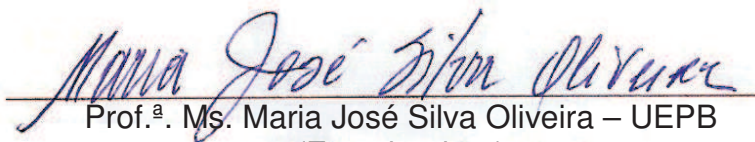
**O EMBATE DAS CORES, AMARELO VERSUS BRANCO:
Um Retrato da Simbologia Envolvendo os Argemiristas nas
Eleições Campinenses entre 1947 e 1951.**

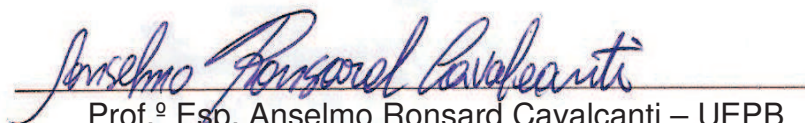
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovada em: 21/06/2012.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo – UEPB
(Orientadora)


Prof.^a. Ms. Maria José Silva Oliveira – UEPB
(Examinadora)


Prof.^o Esp. Anselmo Ronsard Cavalcanti – UEPB
(Examinador)

RESUMO

O EMBATE DAS CORES, AMARELO VERSUS BRANCO: Um Retrato da Simbologia Envolvendo os Argemiristas nas Eleições Campinenses entre 1947 e 1951.

ANDRADE FILHO, João Pedro de.

O presente conteúdo objetiva resgatar, através de artifícios compreendidos hoje como símbolos políticos, detalhes de um momento da história de Campina Grande – PB envolvido pelas influências da simbologia nos eleitores de Argemiro de Figueiredo e em seus adversários nos pleitos eleitorais de 1947, 1950 e 1951. Para tanto, é necessário contextualizar este trabalho historiográfico dentro da ideia de símbolo político, fazendo surgir a necessidade de volver a pesquisa para fontes que foquem os elementos condizentes com a Nova História Política. Dessa forma, esta monografia vai se depreender com as novas implicações postas pela renovação dos temas, abordagens e dimensões do campo historiográfico, e por meio da representação, do imaginário e do poder simbólico, mantém-se um íntimo relacionamento entre a razão do historiador, se é que ela existe, e a paixão do homem pela conjuntura simbólica que envolve a política. Abordando enfim, as peculiaridades daquele momento histórico-político, destacando pessoas, fatos e principalmente símbolos, que faziam parte das manifestações políticas na Campina Grande de finais da década de 40 e início da de 50. Além disso, na disposição dessa análise tratar-se-á das influências exercidas pelo carisma do político, e pelas representações partidárias, identificadas nas cores, gestos, saudações, passeatas, manifestos, hinos, músicas etc., nas ações políticas envolvendo as personagens da época. É preciso salientar a importância dessa pesquisa no intuito de restabelecer fontes, de analisar o processo histórico dessas manifestações simbólicas no anseio popular, surgidas naturalmente do povo, ou a ele impostas, e as proporções que tomavam propiciando contribuições para o cenário político campinense.

Palavras-chave: Simbologia. Nova História Política. Argemiristas.

ABSTRACT

THE CLASH OF COLORS, YELLOW VERSUS WHITE: A portrait of the Symbolism Involving the Argemiristas Campinenses elections between 1947 and 1951.

ANDRADE FILHO, João Pedro de.

This objective contentreem, through artifice understood today as political symbols, details of a moment in history of Campina Grande-PB involved by influences from symbolism in voters Argemiro de Figueiredo and your opponents in the elections of electoral 1947, 1950 and 1951. To do this, you need to contextualize this historiographical work the idea of political symbol, giving rise to the need to return to search for sources that focus the elements consistent with the New Political History. This way, this monograph will conclude with new implications made by renewal of themes, historiographical approaches and field dimensions, and by means of representation, the imaginary and the symbolic power, keeps a close relationship between the ratio of the historian, if it exists, and the passion of man by symbolic circumstances involving politic. Addressing anyway, the peculiarities that historic moment-politic, highlighting people, facts and mostly symbols, which were part of political demonstrations in Campina Grande from the late 40 and early 50. In addition, the arrangement of this analysis will be carried out by the political influences of the charism, and partisan, identified by the representations in the colors, gestures, greetings, rallies, manifestos, hymns, songs etc., in political actions involving the characters of the time. We need to stress the importance of this research in order to re-establish sources, analyze the historical process of these symbolic manifestations in popular desire, arising naturally from people, or it enforced, and the proportions that were providing contributions to the political scenario campinense.

Keywords: Symbolism. New Political History. Argemiristas.

DEDICATÓRIA

Aos meus amados pais João Pedro de Andrade (in memoriam) e Maria do Carmo Gonçalves, à minha querida irmã Érika Carmen Andrade e a minha amada esposa Ana Maria da Conceição Araújo pelo amor, pela dedicação, esforço, apoio e paciência durante o transcorrer de meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pelas oportunidades e por mais uma vitória alcançada.

Agradeço aos meus pais pela educação família, pelo amor e compreensão.

Agradeço à minha irmã pelo apoio e incentivo.

Agradeço à minha esposa pela paciência, pela ajuda, dedicação e companheirismo nos meus estudos acadêmicos.

Agradeço a professora Martha Lúcia pela acolhida, pela paciência e pelos ensinamentos e orientações no momento decisivo desse trabalho.

Agradeço ao professor Anselmo Ronsard e a professora Maria José por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

Agradeço aos professores que tive desde a alfabetização até a academia pela contribuição na formação de minha personalidade cidadã.

Agradeço, particularmente, aos professores do curso de Licenciatura Plena em História da UEPB por cada momento de aprendizado recebido, em especial, a Adonhiran Ribeiro dos Santos, Alba Cleide Calado Wanderley, Alberto Edvanildo S. Coura, José Cristóvão de Andrade, Anselmo Ronsard Cavalcanti, Faustino Teatino Cavalcante Neto, Flávio Carreiro de Santana, Giseuda, José P. de Sousa Júnior, Jeferson, Josemir Camilo de Melo, Kátia Cristina de Castro Passos, Luciano Queiroz, Manuela Aguiar A. de Medeiros, Maria José Silva Oliveira, Maria de Lourdes Lôpo Ramos-Baby, Matusalém Alves de Oliveira, Ofélia Maria de Barros, Vanuza Souza Silva.

Agradeço a todos os colegas pelas lições de vida e àqueles que direta ou indiretamente fizeram parte deste conteúdo. Obrigado, Josenilda Sales e José Carlos Costa.

Agradeço ao colega e amigo Ítalo Felippi de Farias Silva pelo companheirismo e horas dedicadas ao estudo e ao aprendizado.

Aos funcionários da UEPB, principalmente aos da coordenação do Curso de História, à Socorro pela presteza quando adentrei no curso e a Gysa e pelo atendimento quando nos foi necessário.

EPIGRAFE

A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto. Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas consequências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos? [...] A redescoberta permanente das paixões políticas e de sua intensidade alimenta, por outro lado, uma tradição intelectual que amplia ao extremo essa dimensão afetiva, de modo torná-la a explicação última das relações políticas. Assim procede a tradição da psicologia das massas que se encontrariam as razões fundamentais das grandes mutações da história. (ANSART, apud Seixas, 2002, p. 07).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA NOVA HISTÓRIA	15
1.2 No Caminhar da Nova História Política	18
1.3 O Interesse pelo Poder	21
1.4 A Força das Representações	24
1.5 O Imaginário Político	26
2 CONTEXTUALIZANDO CAMPINA GRANDE	28
2.1 Argemiro de Figueiredo: O Político, o Ser Carismático, o Líder Populista	29
2.2 Os Manifestos e os Discursos	33
3 O EMBATE DAS CORES	35
3.1 A Eleição Municipal de 1947: Felix Araújo - A Marcha da Vitória, Hinos e Passeatas.	35
3.2 A Campanha Estadual de 1950: O Amarelo Contra o Branco	37
3.3 O Processo de Sucessão Municipal em 1951: O Caso “Lucas”	39
CONSIDERAÇÕES	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

É fundamental a compreensão de que com o volume de influências que agem em torno do pesquisador, acreditar que exista apenas uma única forma irrepreensível de examinar os acontecimentos do passado, é um meio de interpretação subjetivo, limitado e previsível. Novos objetos de pesquisa estão surgindo e o historiador necessita se apoderar dos mesmos para reestabelecer, através de novas abordagens, outras reescritas da história. Abordar por outros ângulos situações e experiências vividas trazem novas maneiras de interpretar assuntos tidos como “esgotados”.

Ao se predispor a analisar uma época vivida, parte-se do pressuposto de que a leitura do passado seja um processo que analise não apenas os comportamentos coletivos, mais também as consequências advindas e aquilo que por meio da sensibilidade e percepção do historiador ampliem o universo epistemológico através da transmissão de normas, valores e crenças.

É de suma importância na produção deste estudo a percepção de que, obstante do lugar comum, pesquisar a emblemática e persuasiva prática da simbologia na política tornou-se um desafio fecundo e tentador para os historiadores diante dos inúmeros usos e desusos das referências simbólicas no atual cenário político.

Longe de ser um recurso usado por poucos, os símbolos têm eloquência, são expressivos, significativos, persuasivos, convincentes e se tornaram uma forma estratégica corriqueira, motivadora, manipuladora, decisiva e fatídica de alcançar os objetivos desejados numa eleição. O tema abordado nesta pesquisa é a ação peculiar que o uso da simbologia tem sobre a decisão de voto dos eleitores.

O objeto de estudo desta análise identifica-se exclusivamente na ressignificação de artifícios, compreendidos hoje como símbolos políticos, usados nos pleitos eleitorais de 1947, 1950 e 1951 em Campina Grande – PB, e surgiu a partir da leitura sobre Argemiro de Figueiredo, especificamente nos citados pleitos, que marcaram o fim das aspirações deste político pela prefeitura campinense, pelo governo do Estado da Paraíba, e mais uma vez, prefeitura de Campina Grande.

A escolha do título “O Embate das Cores, Amarelo versus Branco: Um Retrato da Simbologia Envolvendo os Argemiristas nas Eleições Campinenses entre 1947 e 1951”, parte da participação dos eleitores ou simpatizantes de Argemiro na política campinense nas referidas décadas, sobretudo, da íntima relação entre Argemiro e seus eleitores, expressada no entusiasmo, nas demonstrações de amor incondicional pela pessoa, pelo político e pelos eloquentes discursos proferidos por Argemiro. Além disso, tal escolha partiu da observância historiográfica do lócus simbólico representado pelo uso dos símbolos nas referidas eleições e pela participação popular nas atividades políticas desenvolvidas na época.

As tendências historiográficas que hoje rompem com os paradigmas e proporcionam maior amplitude ao delimitar um objeto de estudo histórico, destaca-se o propósito maior desse trabalho acadêmico, o objetivo primordial, portanto, que é tentar identificar as influências da simbologia política nos argemiristas e nos seus adversários nas campanhas eleitorais em Campina Grande, entre 1947 e 1951.

Toda simbologia envolvida proporcionou modificações significativas nos pleitos estabelecidos dentro do recorte temporal trabalhado, que envolve cinco anos da história política campinense, e, que embora o resultado tenha sido insatisfatório para Argemiro e seus aliados, fez marcar, desde então, uma nova fase no cenário político campinense.

Entende-se que as dimensões políticas, simbolicamente construídas, são indissociáveis da ideologia e da circulação social. É necessário analisar que resultados advindos daquele momento histórico-político, contribuíram para a formação do eleitorado campinense intrínseco em suas diferenças sociais. Compreende-se dessa maneira, a urgência de ressignificar as peculiaridades da época, destacando pessoas, fatos e principalmente símbolos que faziam parte das manifestações políticas na Campina Grande do final dos anos 40 e início dos 50.

Observa-se o quanto é importante promover um estudo que se volte às nuances simbólicas daquele momento da história política campinense. O estudo propõe uma análise da participação dos argemiristas, udenistas e demais seguidores do então Deputado Federal Argemiro de Figueiredo, que vise compreender a força definidora que possa ter exercido o uso dos símbolos nas escolhas e na ideologia daquele eleitorado, capaz de seguir Argemiro de maneira veemente e dar demonstrações explícitas de uma verdadeira paixão política, de

fidelidade, de idolatria à pessoa e o político udenista, especificamente uma fase de tentativas e fracassos nas empreitadas eleitorais de Argemiro.

Sugere-se, através deste trabalho, uma análise do quanto a inclusão da simbologia como instrumento de persuasão foi algo definitivo em tais pleitos, algo que foi além de decisões movidas pelos favores, pelo empreguismo, pelos cargos públicos, enfim, pelos jogos de poder às vezes confundidos com uma identificação pessoal, partidário-ideológica.

Neste sentido, buscar-se-á mostrar o simbolismo utilizado para conquistar o eleitorado naquele momento histórico, identificando as influências exercidas pelo poder simbólico das representações partidárias, tais como: as cores, os gestos, as saudações, as passeatas, os manifestos, hinos e músicas, nas ações políticas envolvendo argemiristas e seus adversários, os americistas.

É necessário contextualizar este trabalho historiográfico dentro da ideia de símbolo político, e a escolha do objeto de análise e as questões levantadas, fazem surgir a necessidade de volver a pesquisa para campos afins da Nova História, buscar-se-á, portanto, fontes que auxiliem em abordagens que foquem na Nova História Política alimentada por termos como: simbologia, poder simbólico, micropoderes, poder do discurso, representação, imaginário e mitos. Como salienta Barros, “os objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de poder”. (BARROS, 2004, p.107).

Para uma melhor compreensão da realidade estudada, os procedimentos para a coleta de dados foram realizados através de uma revisão bibliográfica, consultando livros e artigos acadêmicos afins, bem como, por meio das experiências vividas e observadas no âmbito da carreira acadêmica e da vivência cidadã. Além disso, foi fundamental o particular interesse pelas questões políticas, especificamente, àquelas ligadas ao envolvimento do público eleitor com os símbolos usados nos pleitos eleitorais, e, em especial, no recorte temporal historicamente ressignificado nesta análise.

Dentro da estrutura estabelecida para a confecção desta monografia primordialmente buscar-se-á, na parte introdutória, estabelecer uma abordagem teórica que redimensione ao recorte e tema trabalhados às ferramentas fornecidas pela Nova História Política de fins dos anos 70 e início dos 80, compreendida aqui, na conjuntura do poder simbólico, das representações e do imaginário para ressignificar o cotidiano da política campinense da época em estudo, particularmente

no que tange a participação política dos argemirista e demais campinenses entre os anos de 1947 e 1951.

As concepções acerca da Nova História Política, recondicionadas ao recorte histórico, ora em análise, serão de extrema valia para o entendimento do uso da simbologia naquelas eleições, em especial, as ideias de René Rémond em *Por Uma História Política* e as de José de Assunção Barros em *O Campo da História*.

Igualmente os estudos de Pierre Bourdieu em *O Poder Simbólico*, que trata as produções simbólicas como instrumentos de dominação e das ideologias se opondo ao mito, auxiliam no desenvolvimento dessa pesquisa e abrem novos exemplos em relação ao discurso atribuído ao político e que se alia ao status do poder, servindo ou não aos interesses particulares ou comuns ao grupo político, portanto, universais.

As definições de imaginário de Sandra Pesavento através de *Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário* e as propostas acerca de representações formuladas por Roger Chartier, além de outros imbricados na discussão político-simbólica e representativa, ajudarão a complementar todo o processo histórico e sociocultural envolvido neste trabalho.

Após as considerações devidas da parte introdutória e todo o aporte teórico utilizado, o trabalho prossegue e toma mais corpo em relação ao tema e campo históricos abordados. Assim, para que se possa fundamentar a propositura desta análise dentro dos conceitos e estudos da História, os aspectos políticos pertinentes ao período em estudo se destacam partindo de uma abordagem macro, através de uma rápida explanação acerca do contexto político do Brasil e do Estado da Paraíba, e, por conseguinte, uma abordagem numa concepção micro que engloba este campo de estudo que é a política campinense entre 1947 e 1951 envolvida pela participação popular, em especial, dos argemiristas.

Nesta análise, dispor-se-á o político segundo seus aspectos significantes e significativos, através das concepções de renomados estudiosos do assunto, retomando a figura de Argemiro de Figueiredo como elo fundamental do processo histórico estudado. Finalmente, esta pesquisa chega às concepções finais dividindo-se basicamente nas três eleições específicas do estudo, cuja disposição e linearidade discursiva aliada à sequência lógica dos fatos históricos destacados, buscam um melhor entendimento sobre a temática trabalhada.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA NOVA HISTÓRIA

Uma renovação marca a disciplina histórica nas primeiras décadas do século XX com a ascensão do que se condicionou chamar de Nova História, a ênfase, pura e simples, em uma história estatal, das guerras ou das relações diplomáticas decaiu significativamente, os historiadores passaram a ter uma relação mais constante e proveitosa com outros cientistas sociais, sobretudo, com os sociólogos, com os linguistas, e com os antropólogos.

A Nova História possibilitou o enriquecimento bibliográfico e um melhor conhecimento do passado, visto que, se aprimorou a análise das atitudes, das crenças e dos comportamentos no processo das representações coletivas manifestas em um contexto político, social, confessional e ético, adequando a relação entre o estado-nação, a sociedade, os poderes e as relações do contexto político, econômico, histórico e sociocultural.

Leva-se as novas formas de ressignificar o estudo de um determinado período do passado para rever a participação dos argemiristas nos movimentos do cenário político campinense de fins da década de 40 e início da de 50.

A política como um todo, se relaciona com as diversas esferas da sociedade, seu destaque para a história parte de sua ação diária nos interesses do cidadão e no processo de emancipação da sociedade. Daí, o indivíduo desinteressado pela política faz aumentar a concentração do poder nas mãos das minorias que dominam o campo político, além de abster-se das discussões afins da História Política.

Rémond (2003) destaca o ser envolvido pela política a as influencias que recebe, e predispõe a importância da apreensão de análises acerca da esfera política pela história.

O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, ideias e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso se expressa na política. Penso até que um povo se expressa tanto na sua relação com a política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária. (RÉMOND, 2003, p. 9).

Apesar de sofrer por meio da historiografia certa rejeição, muitas vezes boa parte disso devido ao crescimento de novas abordagens anti-positivistas nas primeiras décadas do século XX, a História Política cada vez mais aparece com uma importância fundamental, e passa a ser apoiada na cultura política¹, numa perspectiva múltipla, muito mais rica, onde um novo valor, mais agregado sócio/culturalmente é dado ao homem, a seus símbolos e representações.

O que se percebeu já no final do século XIX, foi um destaque maior para as explicações, as análises mais concisas, para a generalização e as regularidades, e em contrapartida houve um distanciamento de evidenciar o que era individual, singular, colocando em segundo plano a narrativa e a descrição.

No início do século XX alguns historiadores, com a criação da revista dos *Annales*² em 1929, questionaram a supremacia do político e passaram dar, dentro da história, mais privilégio ao social e ao econômico. Alegavam que a história política estava voltada apenas para as circunstâncias superficiais, para os acidentes, e privilegiando o particular, o fato e o nacional, tornava-se o maior exemplo da história *événementielle*.³

¹ “Cultura política é um conceito multidisciplinar criado na década de 60 por Almond e Verba (1963), a partir da junção das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos”. (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999: 227). Para Berstien (1998) “A cultura política é uma chave. Ela introduz a diversidade, o social, ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável. Ela permite sondar os rins e os corações dos atores políticos. Seu estudo é mais que enriquecedor, é indispensável.” (BERSTIEN, 1998. p. 345-363). Gomes (2005), ressalta que a sociedade, entendida na pluralidade dos indivíduos e grupos que a constituem, desenvolve formas de perceber e de se posicionar frente ao Estado e às suas práticas de poder, de modo que são criados símbolos e mitos que constituem e dão significado ao imaginário político das gerações. Segundo Gomes o termo cultura política pode ser definido como: (...) “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”. (GOMES, 2005, p. 31).

² Em 1929 surgiu na França uma revista intitulada *Annales d'Historie Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Ao longo da década de 1930, a revista se tornaria símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como Escola dos *Annales*. A proposta inicial do periódico era se livrar de uma visão positivista da escrita da História que havia dominado o final do século XIX e início do XX. (BURKE, 1992).

³ crônica de acontecimentos (*histoire événementielle*), substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis a civilização e as “mentalidades”. (BURKE, 1992).

Sem condições de comparação no tempo e no espaço, e de produzir generalizações e sínteses que dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica, demonstrando assim, incapacidade de compreender o que tratavam como de longa duração. Era, sobretudo, uma história que continuava desprezando as massas e conduzindo sua atenção aos grandes homens, permanecendo, portanto, narrativa e restrita a uma descrição linear.

Dessa forma, mesmo apresentando um modelo de renovação, os *Annales* de início dos anos 30, não conseguiram preencher as lacunas deixadas pela queda progressiva da história das instituições e das ideias, “o deslocamento de método e do objeto que eles operaram marcou rapidamente os seus limites” (ROSANVALLON, 1995, p.17).

Aqueles historiadores confundiram o objeto política com seu método de estudo insuficiente. Assim, a história política precisava urgentemente se renovar mais uma vez para ter condições de responder os questionamentos elaborados por eles contra a história política tradicional.

Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para aquela dos povos e das sociedades. (...) A história política tradicional, isolando arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor. (RÉMOND, 2003, p. 18-20).

Segundo Rémond “(...) a virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação”. (RÉMOND, 1996, p.26). Dessa forma, as críticas levantadas em relação à história política tradicional, tida como factual e obsoleta, foram proveitosas no sentido de que, aproveitando um movimento historiográfico mais abrangente, houvesse uma releitura da história política, um estudo da política com novas fontes, metodologias e outras formas de abordagens.

Partindo dessa concepção, essas novas propostas historiográficas, articuladas a partir da década de 1970, constituem a primeira tentativa de elaboração de uma Nova História Política, nova com os vários canais da expressão humana se entrelaçando e permitindo ao historiador desnudar as estruturas mais profundas da evolução humana. Abertura para novas práticas discursivas, novas concepções, novas formas de analisar os saberes e poderes possibilitaram uma visão prospectiva da história, articulando o retorno do fato com as exigências

paradigmáticas conduzidas pelas ciências políticas e sociais, pela economia e pela biologia.

Portanto, antes de se adentrar nos aspectos específicos da Nova História Política, vale a pena relacionar alguns aspectos teórico-metodológicos que a diferenciam da história tradicional: a mudança de foco das instituições e do Estado para os aspectos sociais e suas menções políticas, a abertura da política no âmbito do cotidiano, e por último, o relacionamento do político com as diversas dimensões dos campos social, econômico e cultural.

1.1 No Caminhar da Nova História Política

Inúmeras discussões se apresentam acerca da História Política e as dúvidas persistem, uma vez que há muito do que se pesquisar do campo político devido sua abrangência e estereótipos em torno do político. Na busca pretenciosa de resgatar detalhes de um momento da história campinense envolvido pela simbologia política, ressignificada pelos elementos condizentes com a Nova História Política, mantem-se nesse trabalho um íntimo relacionamento entre a razão do historiador, se é que ela existe, e a paixão do homem pela conjuntura simbólica e social que envolve a política.

A complexa discussão dos aspectos do político é bem manifestada em Seixas (2002) ao focar o limiar existente entre as razões e as paixões que envolvem a esfera política e seu difícil esclarecimento.

A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto. (...) A redescoberta permanente das paixões políticas e de sua intensidade alimenta, por outro lado, uma tradição intelectual que amplia ao extremo essa dimensão afetiva, de modo torná-la a explicação última das relações políticas. (ANSART, apud Seixas, 2002, p. 07).

Essa produção remete ao campo da História Política, especificamente, da Nova História Política, e, mais precisamente, busca mostrar a história política campinense entre os anos de 1947 e 1951; e dessa forma, vai se depreender com

as novas implicações postas pela renovação dos temas, abordagens e dimensões do campo historiográfico.

Vale lembrar que o recorte de estudo compreende de 1947 a 1951 e a Nova História Política foi um movimento historiográfico surgido a partir de uma reflexão crítica, melhor definida em fins dos anos 70 e início dos anos 80.

As renovações dos paradigmas referentes à disciplina histórica surgidas a partir da década de 70 ressignificaram os conceitos e abordagens acerca da História Política que atualmente dialoga com várias temáticas, num processo desenvolvido em nome de uma história total, partindo da transformação no campo do conhecimento histórico por meio de uma perspectiva de renovação teórico-metodológica.

Percebe-se que a grande novidade da Nova História Política, se comparada com a aquela história dita tradicional do século XIX, encontra-se situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto. Pensa-se agora em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, enfim, fatos que demonstram a vitalidade da ciência política no interior da produção historiográfica.

Tal qual se aborda neste estudo a Nova História Política, abrange vários campos do conhecimento, ao contrário daquela chamada factual e voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais, elitista, ocupada em assuntos do Estado, dos grandes homens, dos indivíduos com influência subjetiva. Ela está compreendida dentro de uma nova prática histórica em que historiadores discutem o quanto é importante a interdisciplinaridade na produção de um novo método de enxergar o político, que incorpora a ampliação das fontes, dos temas e dos diálogos postos atualmente para o campo do conhecimento histórico.

As trocas realizadas com a sociologia, matemática, linguística, direito, ciências sociais, economia, entre outras, auxiliaram na construção de novas técnicas, de novas análises do discurso e a formulação de novas questões que levem em conta os aspectos ligados ao poder, ao simbolismo e as representação.

As ligações com outras disciplinas, em pesquisas norteadas pelas perspectivas da Antropologia Histórica, da História das Mentalidades e a proposta de uma reordenação das possibilidades das abordagens e dos temas históricos, faz com que a pluridisciplinaridade torna-se um elo importantíssimo para esse ressurgir,

possibilitando o uso de novos conceitos e técnicas de investigação, bem como a construção de novas problemáticas voltadas para uma pluralidade de ritmos.

Dentro desta perspectiva o teórico René Rémond aparece referencial na elaboração da Nova História Política, de acordo com Rémond (2003), há um conjunto de fatos que se sucedem em um ritmo rápido e aos quais correspondem datas precisas, mas outros fatos se inscrevem em uma duração mais longa é a história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração.

Ainda segundo Rémond (2003) essa História ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais integra todos os atores, mesmo os mais modestos, no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Resgata-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se assim a pluralidade.

Seria talvez essa a marca mais forte da Nova História Política, na medida em que o político, compreendido como o Estado e suas instituições, passa a ser estudado sob essa perspectiva mais ampla que caracteriza o poder. Assim, no momento em que a Nova História Política depreende-se com o indivíduo como seu objeto de estudo, não prioriza mais os nomes ilustres, as grandes figuras políticas tão abordadas pelos historiadores positivistas que acreditavam serem essas personagens os únicos condutores da História.

Nessa perspectiva, nota-se que os objetos da Nova História Política passaram a ser todos aqueles que aparecem envoltos pela noção de poder em todos os seus aspectos, e não mais como uma exclusividade da perspectiva da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade ou da centralidade estatal. Portanto, os conceitos de simbolismo, de representação, de imaginário, discurso e de culturas política e histórica tomara mais corpo nas produções que envolvem o poder, especialmente, neste trabalho, o poder simbólico.

Segundo Rémond (2003), além do diálogo com outras ciências, a nova história política incorporou um intenso contato com o universo do cultural, do qual emerge o desejo de compreender os múltiplos poderes presentes no corpo social

a partir do universo simbólico e representativo que o acompanham e que interessa diretamente nesta pesquisa.

A Nova História Política, principalmente nos seus desdobramentos a partir dos anos 1980, passou a se interessar pelas diversas modalidades e esferas do poder, os chamados micropoderes, as relações de poder no interior da família, o relacionamento dentro dos grupos, bem como o campo das representações políticas, dos mitos políticos, do teatro do poder, dos símbolos. (BARROS, 2005, p. 1-2).

1.2 O Interesse pelo Poder

Acredita-se que a possibilidade de classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é evidentemente seu enfoque no poder, poder das relações sociais. Nessa perspectiva, vale salientar que, a partir dos anos 1980 a Nova História Política passa a ter interesse pelas várias formas de poder em suas diversas modalidades de uso existentes no cotidiano, além do uso no político dos sistemas de representações e simbolismos.

(...) a política é a atividade de que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder (...). Mas não qualquer poder. (...). Só é política a relação de poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. (...). (RÉMOND, 2003, p. 444).

Neste estudo parte-se do pressuposto de que o campo do historiador político; e aqui vale destacar sua abrangência social; é o poder e todos os aspectos referentes a ele. O poder com suas manobras de transmissão, de imposição e de perpetuação através das Ideologias, com suas formas particulares de se organizar através das redes de personagens sociais, e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos individuais ou coletivos na dimensão dos micropoderes.

Nessa perspectiva, evidencia-se que já nos anos 70, a historiografia política passou a destacar os estudos de Foucault em a “Microfísica do Poder”. Para Foucault (1979) o poder não é uma coisa que se pode apropriar, é uma prática na qual existem técnicas e aspectos que tem efeito de dominação, sendo assim o poder

está em todos os lugares, permeia a sociedade como uma prática que incide sobre os sujeitos.

Através da análise sobre as concepções de Foucault, evidencia-se que ele provoca uma ruptura com a ideia de poder tradicional, considerando sua autonomia, ele concebia a abolição da ideia de algo centralizado e capaz de administrar e impor de forma unilateral a teia de poderes evidenciados na sociedade. Para Foucault (1979, p. 221) “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado”. Para ele,

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1979, p. 183)

Dentro da perspectiva de Falcon (1997), a proposta de rompimento dada por Foucault possibilitou uma gama maior de condições mais favoráveis para o surgimento de outros conceitos afins como o de “poder simbólico” trabalhado por Bourdieu. Assim, o poder passa a constituir-se enquanto poder relacional, então,

O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. (FALCON, 1997, p. 76).

Nessa conjuntura, o poder mencionado nesta análise é o simbólico enquanto estrutura capaz de fazer com que as pessoas façam aquilo que se é desejado e, melhor ainda, quando são levadas sem a percepção de que estão sendo dominadas. Isso vai ser bem desenvolvido nos tópicos referentes às manifestações, desenvolvidas a partir da campanha eleitoral de 1947 em Campina grande.

Um poder, segundo Bourdieu, exercido através da simbologia sem força material, invisível até, é exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Este sociólogo perpassa uma perspectiva diferente sobre os poderes, o poder simbólico e os micro poderes que se estabelecem nas relações sociais através dos símbolos presentes em tais relações. Para Bourdieu é necessário saber descobrir o poder onde ele se deixa ver menos,

“(...) onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico (...)” (BOURDIEU, 1989, p.07). Para ele,

O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 1989, p. 188).

Segundo Bourdieu (1989), as formas de classificação deixam de ser formas universais, transcendentais, para se tornarem formas sociais socialmente determinadas e relativas a grupos particulares.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Bourdieu trata as produções simbólicas como instrumentos de dominação e diz que as ideologias se opõem ao mito, servem a interesses particulares, comuns ao grupo como todo, portanto, universais. Para aqueles que dominam o poder o maior intuito é a conquista de novos clientes, a luta é para conquistar a adesão dos cidadãos através de seus votos.

Ele analisa o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, o próprio mundo, poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças à mobilização, só se exerce se for ignorado como arbitrário.

Faz perceber que o poder simbólico é uma forma transformada, transfigurada e legitimada das outras formas de poder e que não reside nos sistemas simbólicos em forma de força, mas que “se define numa relação entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”. (BOURDIEU, 1989, p.14).

Ele trata dos sistemas simbólicos - arte, religião, língua - como estruturas estruturantes, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, que só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Para Bourdieu (1989) os símbolos são os instrumentos da integração social e enquanto

instrumentos de conhecimento e de comunicação tornam possível o consenso acerca do sentido que contribui para a reprodução da ordem social.

Segundo o sociólogo a cultura que une é a mesma que separa e que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. “o campo da produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes”. (BOURDIEU, 1989, p.12).

Sendo assim, não se pode entender o poder sem a mínima associação entre as “instituições políticas e as formações sociais” (JULLIARD, 1995, p.190-191), e da mútua contribuição na configuração de ambas.

Nas concepções de Falcon (1997) percebe-se que o mais importante “(...) é o fato de que, apesar de estarem presentes, os acontecimentos políticos não se auto explicam, e longe de excluírem, eles impõem a análise de outras dimensões da realidade histórica”. A própria História Política vê-se então enriquecida pela inclusão de questões que, além de políticas, são também, ou antes, de mais nada, sociais e ideológicas. (FALCON, 1997, p.66).

Para o entendimento dessa nova perspectiva, deve-se ter em conta a relevância do acontecimento político a partir do entendimento de Jacques Julliard:

O acontecimento, principalmente sob a sua forma política, não pode, portanto, ser considerado como um simples produto; ele não é o grão de areia que se tornou pérola no corpo da ostra-estrutura; ao contrário, na medida em que materializa um ponto de retrocesso da história, ele se torna, por sua vez, um produtor de estrutura (...). O acontecimento, por assim dizer, cristalizado, também é um acontecimento gerador. A parte de imprevisível, se não de incondicionado nesse assunto reside no fato de que foi esse acontecimento (...) e não, um outro que se encontra na origem, claramente perceptível, de uma longa cadeia posterior. (JULLIARD, 1995, p. 188).

1.3 A Força das Representações

Nos atuais trabalhos de história política, as representações são incorporadas pelos historiadores e demais teóricos das ciências humanas, numa perspectiva surgida a partir dos escritos de Marcel Mauss e Émile Durkheim ainda no início do século XX. A representação envolve mudanças epistemológicas que fundamentam esse novo olhar, e as relações interdisciplinares fizeram com que “o conceito de

representações sociais se situa entre a Sociologia e a Psicologia” (ALEXANDRE, 2004, p. 130). Segundo Minayo (2003, p. 89), “(...) as representações sociais consistem na reprodução da visão de mundo que se expressa na materialização do pensamento”. Assim,

Na concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa. Portanto, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam tendo como causa outras representações e não apenas a estrutura social (MINAYO, 2003, p. 90).

Para que se compreenda o significado de representação recorre-se a Roger Chartier que reestrutura a noção de representação voltando-se às concepções de Mauss e Durkheim, dizendo que “(...) é a partir das representações que o mundo ganha sentido, entendendo que em diferentes momentos históricos determinada realidade social é dada à leitura, construída e pensada”. (CHARTIER, 1990, p 17).

Segundo Chartier, as lutas de representação, mesmo que elas busquem uma universalidade racional, estarão sempre determinadas e guiadas pelo interesse do grupo que as produz. Então,

Ao trabalho sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, (...), pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1991, p. 183).

O conceito de representação também é apresentado por Sandra Pesavento, e para ela, certos grupos buscam o poder a fim de manter legitimidade e reconhecimento social. Pesavento Dialoga com Bourdieu e mostra o real como um campo de forças onde existem disputas entre os grupos sociais, que constroem o mundo de forma contraditória e variada, e nessa disputa sai vencedor o que tiver poder simbólico de “dizer e fazer crer sobre o mundo”. (PESAVENTO, 2003, p. 41).

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. (...). Aquele que tem o poder de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2003, p. 41-42).

Para Bourdieu as representações são como práticas envolvidas por estratégias políticas orientadas para produção de efeitos sociais. Nesse sentido, para o sociólogo francês há dois tipos de representação: a mental e a objetiva.

As representações mentais são atos de percepção, apreciação, conhecimento, reconhecimento, investidos de interesses e pressupostos. Já a representação objetiva se dá através de coisas, emblemas, bandeiras, insígnias, etc.; ou atos; estratégias de manipulação simbólica, que tendem a determinar a representação mental que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores. (BOURDIEU, 1996, p. 107-109).

1.4 O Imaginário Político

Partindo das perspectivas de Baczko (1986), entende-se que a palavra imaginário é tomada como ponto de compreensão das relações sociais, tornando-se pluriforme, devido suas várias abordagens, enquanto categoria dos estudos ligados às correntes historiográficas da História Cultural.

Segundo Baczko (1996) o imaginário detém um importante destaque no momento em que as ações são guiadas pelas representações que existem a partir do imaginário. Essas representações impõem crenças, estruturam os comportamentos, e em “todas as épocas têm suas modalidades específicas de imaginar, de produzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar”. (BACZKO, 1986, p. 309).

O imaginário é um esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginários suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos. (...). Através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e posições sociais (...). (BACZKO, 1986, p. 309).

Sandra Pesavento entende o imaginário como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”. (PESAVENTO, 2003, p. 43).

Segundo Pesavento o imaginário pode ser historicizado, pois:

O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito. (PESAVENTO, 1995, p.16).

Para Le Goff (1994, p. 11-12), o imaginário é um: “fenômeno coletivo, social e histórico”. Seguindo nessa tendência José de Assunção Barros também mostra suas concepções acerca de como pode o imaginário ser entendido. Para ele,

O imaginário pode ser entendido se relacionado com as imagens mentais de um indivíduo, mas, sobretudo, de uma sociedade, pois através destas imagens mentais a sociedade forja seu sentido para compreender a realidade que os circunda. . O universo do *imaginário* é composto assim, por *imagens, símbolos, mitos e visões de mundo* e se relaciona diretamente com as questões sociais e políticas de uma época. (BARROS, 2005, p. 138).

Duby (1993), em relação à realidade do imaginário, que para ele, mesmo sendo imaterial, não é irreal, visto que, influi de forma decisiva no comportamento de uma sociedade em dada época histórica, é “(...) em seu sentido mais amplo, para designar o que só existia na imaginação, a faculdade do espírito de forjar imagens”. É com razão, quer-me parecer, pois minha intenção era escrever a história de um objeto extremamente real, apesar de imaterial (...). (DUBY, 1993, p. 113).

2 CONTEXTUALIZANDO CAMPINA GRANDE

Com o término da 2ª Guerra em oito de maio de 1945, o cenário mundial era de reconstrução. No Brasil se inicia uma fase política historicamente conhecida como redemocratização. Nessa época, após a deposição do então presidente Getúlio Vargas os brasileiros começam a vivenciar uma nova administração política e o país começa a observar a criação de dois grandes partidos políticos: a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático).

No Estado da Paraíba já havia se passado 15 anos do movimento revolucionário. “A Paraíba depois dos históricos acontecimentos de 1930, tomou para símbolo de suas aspirações, a figura imortal do Presidente João Pessoa” (ALBUQUERQUE, p. 98).

De acordo com Silvestre (1982), Campina Grande era uma cidade próspera e com sua localização privilegiada, era a maior cidade do interior paraibano nos anos 40 e 50 - título que perdura até hoje - e já mostrava sua importância e influência na conjuntura política do Estado Paraibano, despontando como liderança no contexto Estadual.

Um período em que a cidade passa por acentuadas transformações socioculturais, urbanistas, econômico-financeiras e, especificamente, políticas, com novas gestões na administração pública, eleitas através da estrutura democrática, do voto dos eleitores.

Assim, observa-se a predisposição de Campina Grande, de seu povo para se vincular naquele momento, às práticas simbólicas que dão origem a certas figuras epistemológicas e que proporcionam um retorno, uma viagem a um campo ilimitado de relações, de continuidades e descontinuidades.

Segundo Silvestre (1982), as eleições municipais em Campina Grande, com o fim das intervenções, eram extremamente acirradas e definiam os prognósticos dos caminhos da política na Paraíba, das coligações partidárias e das pessoas potenciais a prováveis candidaturas, fato ainda presente em seu atual cenário político.

Figuras emblemáticas, polêmicas, corajosas e sobremaneira importantes na política campinense, paraibana e brasileira da época, representavam com veemência suas convicções partidárias e se destacavam pelo afã da população.

Um dos nomes mais contundentes do período trabalhado nesta monografia foi o de Argemiro de Figueiredo, então chefe partidário local da União Democrática Nacional - UDN. Político forte e determinado fez de sua trajetória um ímpeto de vitórias e derrotas significativas. Argemiro protagonizou as campanhas mais envolventes e tumultuadas da época. “Sempre foi norma na Paraíba o acatamento e o respeito, a honestidade de seus homens públicos”. (ALBUQUERQUE, 1940, p. 94).

2.1 Argemiro de Figueiredo: o político, o ser carismático, o líder populista.

Seria uma insensatez tentar definir o político, algo sem fronteiras sem limites, com variantes e modos operantes diversificados, sem definições validadas, apenas abstratas que paradoxalmente se confrontam com suas ações concretas. Entretanto, vale apontar que apesar de existir por si só, de sua flexibilidade e inconstância, de ser mutável, não está livre das conotações externas, dos estudos históricos, tamanha a influência do político na vida do indivíduo, profissional, cultural e socialmente.

D’Alessio & Janotti (1996) numa perspectiva histórico-social, mostram o político como a dimensão da história que abriga as relações diretas e ideais do viver coletivo, sendo a emergência das experiências coletivas, onde se experimentam os sonhos coletivos, conscientes ou inconscientes. Para eles “a esfera do político, além de ser referência datável mais concreta, organiza e situa o discurso no tempo e no espaço.” (D’ALESSIO & JANOTTI, 1996, p. 148).

Com relação a Argemiro de Figueiredo várias discussões foram feitas sobre sua personalidade e de sua forma de agir dentro da política. Governador no período de intervenção e eleito Deputado Federal em 1945 com a maior votação do Estado. Político austero, Argemiro fez da disciplina partidária um símbolo de união rígida e unilateral de exaltação udenista, conduzindo os correligionários como um “exército” disciplinado.

Orador magnífico, jurista respeitado, administrador eficiente, pioneiro em iniciativas desenvolvimentistas quando esteve à frente do governo do Estado, Argemiro era também um chefe autoritário e inflexível, impermeável, que na maioria das vezes ouvia correligionários graduados apenas para reforçar os próprios pontos de vista. As decisões eram tomadas isoladamente e solitariamente, cumprindo aos outros, apenas, obedecer. (SILVESTRE, 1982, p.71).

De acordo com Araújo (2000), os embates políticos partidários e as coligações começam a tomar constância e definir os rumos na política campinense após o período ditatorial. “No processo de redemocratização que se instaura pós-45, foi intensa a política partidária em Campina Grande”. (ARAÚJO, 2000, p. 80).

Argemiro era o principal representante do partido UDN (União Democrática Nacional) e os argemiristas se confundiam com os udenistas; tamanha a influência de seu chefe político dentro do partido. Segundo Cavalcante Neto (2006), apesar das palavras dirigidas ao urbano, a UDN provinha do setor rural e “caracterizava-se pelo discurso da retomada das liberdades constitucionais, sem maiores preocupações sociais”, dessa forma, Argemiro defendia os interesses oligárquicos “mantinha o espírito de liderança defensora dos interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão”. (CAVALCANTE NETO, 2006, p. 13).

A UDN formou-se nos embates políticos contra a ditadura de Vargas. Tradicionalmente os seus representantes mais ilustres estariam ligados à burguesia algodoeira e exportadora, sendo expressiva a sua base rural. Inicialmente, reuniu a maior força eleitoral do Estado, ao congregar os dois maiores líderes paraibanos: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, ambos provenientes da antiga Aliança Liberal, e posteriormente do Partido Progressista. (ARAÚJO, 2000, p. 81).

Os argemiristas; do mais simples e popular ao mais letrado e intelectualizado eleitor; sobrepunham a figura de Argemiro sobre a sigla partidária e seguiam seu líder mostrando imensa vibração nos comícios e passeatas. Isto os caracterizava como defensores ferrenhos, seguidores incondicionais de seu referencial político, das propostas de Argemiro, vislumbrando momentos de euforia e idolatria alimentados por símbolos que mostravam o quanto o poder simbólico conduzia as massas populares a participarem de verdadeiros “levantes” defendendo as bandeiras udenistas nos pleitos municipais campinenses de 1947 e 1951 e a disputa pelo governo do estado em 1950.

Nesse entendimento, a partir do político, pode haver um compartilhamento entre as disciplinas dentro de um campo reflexivo e através de uma linguagem específica encara-se o político como “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p. 12).

Pode-se afirmar que além de líder, suas atitudes deveras pessoal e intransigente davam a Argemiro o rótulo de coronel⁴. Um bom exemplo se constata em sua escolha; unicamente pessoal, do Major Veneziano Vital do Rêgo, seu cunhado, como candidato da UDN (União Democrática Nacional) à prefeitura de Campina em 1947, indo contra parentes, amigos e correligionários, e o resultado foi a derrota, fato que viria a repetir-se em 1950 quando se candidatou ao governo do Estado e em 1951 quando fora o próprio Argemiro o candidato à prefeitura de Campina Grande.

Destaca-se aqui, as ligações familiares a nível nacional, estadual e municipal que construíam identidades políticas que realçavam as representações que se faziam sobre determinada escolha política por parte de um candidato ou de um partido. “Frente às modificações que se verificam na estrutura da sociedade campinense, o sistema de poder também sofre modificações, com formas antigas coexistindo com novas”. (ARAÚJO, 2000, p. 80).

A UDN, segundo Cavalcante Neto (2006), apesar das palavras dirigidas ao urbano provinha do setor rural e “caracterizava-se pelo discurso da retomada das liberdades constitucionais, sem maiores preocupações sociais”. (CAVALCANTE NETO, 2006, p. 13).

Ao citar a figura de Argemiro, percebe-se que relacionar o político ao poder talvez seja a forma mais constante de defini-lo, a política deve estar associada à conquista, ao poder na prática exercida.

Argemiro mantinha o espírito de liderança defensora dos interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão. (CAVALCANTE NETO, 2006, p. 13).

O carisma de Argemiro de Figueiredo, a coragem do homem público, o poder de persuasão do orador contundente, preciso e sensibilizador, sua íntima relação com seus eleitores, expressada no entusiasmo, nas demonstrações de amor incondicional pela pessoa e pelo político são evidentes na pesquisa historiográfica.

⁴ O coronelismo é um fenômeno político do Brasil herdado do período Imperial, quando oligarquias, de origem agrária, passaram a ganhar prestígio e poder político através de seu ingresso na Guarda Nacional do Império. Com o advento da República, grandes fazendeiros passariam a se impor politicamente em diversas regiões do Brasil pelo poder do hábito, influenciando autoritariamente nas decisões e conflitos políticos de seus Estados e cidades, utilizando como recurso principal uma forma de troca compulsória de favores (clientelismo) entre o coronel e seus “protegidos”. (Leal, 1995, p. 47).

Chama a atenção nesta pesquisa os jogos envolvidos na trama política em Campina Grande na época estudada, inclusive o quanto Argemiro procurava, apesar do populismo que detinha reverter o rótulo de político praticante de práticas políticas compreendidas como clientelistas, além dos discursos, da máquina de empregos e barganhas envolvida por uma por uma simbologia que se perpetua como arma de poder até hoje.

Segundo Bourdieu (1989), o líder populista atua principalmente na concretização de um imaginário social, de que ele era o legítimo representante do povo, transpondo assim, o que Bourdieu, chama de dominação efetiva, para uma dominação simbólica, a qual é responsável pela aproximação entre o dominador, aqui entendido como o líder populista, e seus dominados, o povo, os eleitores.

Para Bourdieu (2004), a partir da concentração de tais representações sobre um sujeito, torna-se possível a delegação de poder e de autoridade a essa figura, delegação esta feita pela própria sociedade. O autor considera a arte, a língua e a religião como os sistemas simbólicos e que: "... os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra..." (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Não é propósito de esta produção alimentar a ideia de populismo, mas reinterpretar o momento estudado evidenciando a proposta da pesquisa como forma de resgatar os interesses envolvidos na sociedade campinense das décadas de 40 e 50. Entretanto, vale destacar os estudos de Francisco Weffort em *O populismo na política brasileira*, ele é um dos autores da proposta de que existiu no Brasil entre 1945-64 um "fenômeno populista" (WEFFORT, 2003, p. 24).

2.2 Os Manifestos e os Discursos

A perspicácia nos discursos, nos comícios, e nos vários manifestos dirigidos aos eleitores paraibanos e campinenses, o tom soberano de suas palavras aproximavam-no do povo, exercia domínio sobre esse povo e influenciava explicitamente nos pleitos eleitorais e servia de referência durante a própria eleição, que era o ápice de todo o processo.

Assim, Bourdieu destaca que “o povo, enquanto categoria social é largamente utilizado pelos discursos artísticos, religiosos e principalmente políticos”. BOURDIEU (2004, p. 181).

O uso do povo e do popular são discursos diretamente rentáveis para o campo político, justamente porque através de tais enunciações um determinado sujeito chama para si uma carga *simbólica de poder*, com identificações de classe, de organização, de agrupamento, ou até mesmo de necessidades comuns. (BOURDIEU, 2004, p. 184).

As contribuições de Bourdieu abrem novos exemplos em relação ao discurso atribuído ao momento político vivido em Campina, faz com que se entenda que esse discurso é gerado em nome de um grupo ou representando esse mesmo grupo através de seus membros, ou seja, “(...) o poder simbólico dos agentes, como poder de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende, com efeito, (...) da posição ocupada no espaço”. (BOURDIEU 1989, p. 151).

Nessa perspectiva, compartilha-se da ideia de Sandra Pesavento quando foca que na história há diversas representações e, nesse sentido, “o passado já nos chega enquanto discurso”. (PESAVENTO 1995, p. 17).

Dessa forma, entende-se que o discurso eficaz imposto pelo político portador de ideias claras e adequadas ao momento, refere-se primeiro a um poder de enunciação construído ao longo do tempo e depois pela análise da capacidade desse político de se fazer representar e de ser reconhecido dentro do espaço social que requereu para si mesmo.

Não são discursos neutros, pelo contrário, estão envoltos por uma teia de relações de poder, de competição, por um campo de forças cheio de práticas, estratégias e dominação. Nos discursos de Argemiro de Figueiredo, identifica-se o estabelecimento do que Chartier (1990) denomina de luta de representações, pela

qual cada um dos grupos tenta impor sua visão de mundo, seus valores e seu domínio como legítimos.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou delimitações não é, portanto, afastar-se do social (...) muito pelo contrário, consiste em localizar pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p.17).

Ainda nesse pensamento, um dos instrumentos simbólicos usados à exaustão por Argemiro era o manifesto, e como seus eleitores tinham acesso aos impressos é possível fazer alusão às reflexões de Roger Chartier, quando destaca a funcionalidade da imagem impressa, pois:

É pensada e manuseada como um instrumento maior do conhecimento, apta a fornecer uma representação adequada de verdade das coisas. Com isso é suposto conquistar necessariamente a adesão de quem a olha e mais, ou melhor, do que o texto ao qual está associada, produzir persuasão e crença. (CHARTIER, 1990, p. 160).

Um dos manifestos dirigidos ao povo mais contundentes e representativos de Argemiro verificou-se antes da derrota de seu candidato à prefeitura de Campina Grande em 1947. Observa-se que, simbolicamente foi expressivo tanto pela vivacidade em tentar comover o eleitor como pelos interesses embutidos pelas palavras que se referiam a sua candidatura ao governo estadual em 1950, visto que, ele não se dirigiu aos campinenses e sim a todos os paraibanos, como mostra Silvestre (1982):

Bem sei, e o registro com a mais profunda emoção, que muitos milhares de paraibanos estenderiam os seus braços generosos, para amparar-me na queda, se os meus conterrâneos me atirassem às profundezas do abismo. Mas, eu próprio renunciaria à nobreza do amparo, porque aí já estaria extinto, no meu coração, esse fogo sagrado que me alimenta e me inspira na vida pública – o ideal e a paixão de fazer CAMPINA grande e feliz. (SILVESTRE, 1982, p.127).

3 O EMBATE DAS CORES

3.1 A Eleição Municipal de 1947: Felix Araújo - A Marcha da Vitória, Hinos e Passeatas.

A pretensão maior do então deputado federal Argemiro de Figueiredo; além de dar para seu partido a prefeitura de sua terra e segundo maior colégio eleitoral do Estado; era fazer uma base sólida para as eleições estaduais de 1950 em que o próprio Argemiro seria o candidato ao governo da Paraíba.

Entretanto, segundo Silvestre (1982, p. 70) “Uma liderança assim, afirmativamente vitoriosa, eleição após eleição, seria contestada firmemente no seu próprio reduto (...)”. Na eleição municipal de 1947, Argemiro, costumava tomar suas decisões atrás da mesa do gabinete, especificamente do período como interventor, decide de forma unilateral lançar como candidato da UDN o Major Veneziano Vital do Rêgo, indo contra todos seus partidários.

Tal escolha e a dissidência com José Américo prenunciavam uma fase de decepções nas urnas para Argemiro. Rémond (1996, p. 447) lembra que “A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade...”, especificamente para os insucessos.

Para os argemiristas e udenistas seriam vitórias certas, Argemiro venceria de forma democrática em Campina Grande e na Paraíba e se confirmaria cada vez mais como o grande líder de todos. Entretanto, O candidato de José Américo de Almeida, o Dr. Elpídio, vence ajudado pelas criações de Felix Araújo de Souza que se tornou figura incontestável no cenário político campinense durante aquela campanha nas seguintes.

Felix Araújo deu outra conotação às eleições municipais de 1947 apresentando uma série de artifícios para conquistar o eleitorado. Eram inovações através de discursos, manifestos, boletins, marchas e principalmente, hinos e passeatas. Foram ações que se mostram hoje como símbolos políticos capazes de transformar as opiniões dos eleitores e, principalmente, conquistar seus votos.

Felix, de acordo com Silvestre (1982), um jovem expedicionário, poeta e orador, e que provinha de duas candidaturas sem êxito para deputado federal e estadual, percebeu naquela campanha a oportunidade de se firmar politicamente.

Nessa percepção, não foi um acontecimento natural, ele sabia que o eleitorado estava ansioso por participar ativamente de um processo político-eleitoral não apenas com o voto, mas com a entrega nas manifestações, e fez da eleição de 47 um laboratório para suas experiências sócio democráticas de um pós-ditadura varguista. Felix estava “Filosófica e psicologicamente preparado para um trabalho de massificação junto ao eleitorado”. (SILVESTRE, 1982, p. 112).

Para Julliard (1998) não existe acontecimento político naturalmente, mas pela repercussão que alcança dentro numa sociedade, para ele: “Não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referencia do universo político”. (JULLIARD, 1998, p. 184).

Aliado da Coligação representada pelo Dr. Elpídio de Almeida - médico que devido a popularidade fora escolhido como candidato da Coligação entre o PSD (Partido Social Democrático) e PDC (Partido Democrático Cristão), adversário do Major Veneziano, candidato de Argemiro de Figueiredo - Felix trouxe para a campanha símbolos que deram o tom da vitória contra os argemiristas e que marcariam no meio político.

A “Marcha da Vitória” foi o primeiro símbolo expressivo naquela campanha. Tinha na música uma adaptação, segundo Silvestre (1982), de “Vassourinhas” e na letra as estrofes de Felix que reuniam as palavras povo, pobreza e religião, que como um maestro organizado colocou o povo para cantar o nome do Dr. Elpídio.

As passeatas, segundo Silvestre (1982), despontaram como mais um símbolo da eleição de 47, sempre “no final dos comícios, foi a fórmula encontrada por Felix para incendiar de entusiasmo os correligionários exaltados, dar demonstração de força aos indecisos e desafiar os adversários”. (SILVESTRE, 1982, p. 116).

A música e as cores surgem como símbolos capazes de dar o tom da vitória americista e os Argemiristas se indignavam com a organização dos adversários liderados por Felix. A cor branca representando Dr. Elpídio, melodias cantadas por mulheres, outras pelos homens, “Galhos de árvores ou lenços brancos nas mãos, a “Marcha da Vitória” na boca e o passo ritmado ao som dos conjuntos musicais, a passeata percorria ruas e praças da cidade”. (SILVESTRE, 1982, p. 116).

Os apelidos, os codinomes, símbolos do processo político, surgem propositadamente e a campanha tornou-se uma disputa entre o “vaqueiro” - Major Veneziano, e o “forasteiro” - Dr. Elpídio. De acordo com Silvestre (1982), os argemiristas apelidaram o Dr. Elpídio no intuito de ridicularizá-lo, mas não deu certo, pelo contrário o “forasteiro” virou símbolo de mudança para a cidade e venceu o “vaqueiro” e candidato de Argemiro.

De acordo Cavalcante Neto (2006), Argemiro observando a forma como o militante comunista Felix Araújo mobilizou as massas, interpretou a derrota do Major Veneziano, e sua particularmente, dizendo que “o que nos derrotou foi a contribuição comunista que deu aos nossos adversários mais de dois mil votos”. (SILVESTRE, 1982, p. 117).

Segundo Araújo (2000, p. 83), “o título eleitoral passou a ser documento de identificação e instrumento de conquista de favores”, e dessa forma moeda de troca de manobras clientelistas. Para a autora,

As eleições de 1947 marcaram definitivamente a nova estratégia das elites políticas para conseguir perpetuar-se no poder. Diante da emergência de forças populares, que não podiam ser cooptadas de maneira tradicional, tornou-se necessária a utilização formal da democracia e do liberalismo. (ARAÚJO, 2000, p. 85).

3.2 A Campanha Estadual de 1950: O Amarelo contra o Branco.

Depois do período do Estado Novo, estabeleciam-se novas formas de relacionamento entre o Poder Público e a sociedade civil, procurando-se atender, dentro dos limites impostos pelas classes dominantes, as várias fações da burguesia, atenuando-se o elitismo anterior e o mandonismo da fase coronelista. Este período representou a transição entre as antigas e as novas práticas políticas. O processo eleitoral de 1950 é um exemplo disto. (ARAÚJO, 2000, p. 86).

Tais palavras chamam atenção especialmente pelo destaque as mudanças sociais que envolveram esse processo eleitoral, em particular faz destacar o uso intenso dos artifícios simbólicos ocorridos naquela eleição, uma verdadeira “guerra” pelo voto e lembra o quanto as velhas práticas simbólicas e políticas são reeditadas.

Segundo Silvestre (1982, p.177) “Em Campina, que não dispunha de imprensa diária, a “guerra” era sustentada através de manifestos, boletins e *foguetes*”.

Os símbolos, as representações marcaram o imaginário político daquela acirrada campanha eleitoral, e nesse entendimento vale destacar, ainda de acordo com Silvestre (1982, p. 227), o uso dos “folhetos de feira”, dos cordéis, das caricaturas, das charges, dos hinos, das modinhas e dos shows com cantores de renome. Afinal, a música cada vez mais se evidenciava como um grande veículo simbólico da política.

Nessa perspectiva Felix Araújo entra em cena mais uma vez com seus hinos e passeatas em defesa de José Américo de Almeida, apelidado depreciativamente de “Zé Ramona”, que disputava o governo do Estado com o então senador de Itararé, como ficou conhecido Argemiro de Figueiredo desde então.

Mas, essa campanha, além de dedilhar mais uma derrocada de Argemiro, revelou um estigma, um exemplo inusitado do quanto as cores passaram a assumir papel de suma importância nos processos eleitorais, dando mais vida, mais beleza e se firmando como poder simbólico. Ficou conhecida, segundo Silvestre (1982, p. 235) como a campanha do “amarelo contra o branco”.

Talvez por obra da natureza, por ter nascido com a pele que se assemelhava à cor amarela, Argemiro fora chamado de “amarelo”. Esta semelhança e referência à cor fizeram surgir uma identificação pessoal de seu eleitorado e a cor amarela começou a ser um símbolo que marcaria a vida política e pessoal de Argemiro, que “assumiu” a cor, e ela seria, desde então, artifício usado constantemente nos processos eleitorais campinenses. Segundo Josué Silvestre “eram lenços, bandeiras, flâmulas, faixas, crachás, laços, camisetas, vestidos, blusas, tudo era feito em material de tonalidades amarelas”. (SILVESTRE, 1982, p. 235).

Os símbolos e as representações do cotidiano eleitoral chegaram aos extremos nesta eleição, o religioso entra para decidir, e Silvestre (1982, p. 235) mostra que foi feito uso do radicalismo pelos americistas, que “usaram textos bíblicos” do apocalipse para representar a luta das cores, glorificando José Américo como o cavalo branco da vitória, enquanto Argemiro seria o cavalo

amarelo, o representante da morte.

Os argemiristas, evidentemente, não se deram por vencidos e continuaram “assumindo”: todas as caminhonetas de propaganda, que já eram amarelas, passaram a ostentar em letras garrafais, o epíteto: “Cavalo Amarelo”. (...) O amarelo realçava muito mais quando as bandeiras eram agitadas ou quando surgiam centenas de senhoras, moças e crianças com vestidos de vários matizes dessa cor. (...) O branco, no entanto, era de maior valia para os oradores (...). A inspiração dos discursos, inúmeras vezes, baseou-se na pureza do branco ou no simbolismo da paz, que essa cor representa. (SILVESTRE, 1982, p. 235).

Nesse raciocínio, vale salientar o trabalho de Seixas, Bresciani e Brepohl que conseguiram na obra “Razão e Paixão na Política” dialogar com autores como Ansart-Dourlen e Rousseau que trabalham questões envolvendo os sentimentos e a política. E as paixões na política, assim como a racionalidade política, aparentemente tão antagônicas, e com um subterfúgio para o divino, são objetos que incitam os historiadores e fazem volver as inquietudes instigadas por meio do poder dos símbolos e das representações nos argemiristas e nos demais eleitores campinenses.

A ideia de um povo naturalmente “bom” é uma objeção decisiva ao dualismo; mas este implicitamente reaparece quando o político identifica-se a uma luta contra o “mal”. A convicção suscitada pelos argumentos racionais é substituída pelo apelo à crença, a um assentimento mais sentimental que racional, uma profissão de fé. A razão confunde-se, então, com a razão prática. (SEIXAS, 2002, p. 23).

3.3 O Processo de Sucessão Municipal em 1951: o caso “Lucas”

A ação dos americistas estava sendo mais eficiente e as derrotas udenistas e dos argemiristas nas eleições majoritárias constituíam um abalo na liderança de Argemiro, fato que se consumaria nas eleições municipais de 1951.

Nessa campanha o candidato à prefeitura de Campina Grande foi o próprio Argemiro, filho da terra que mais uma vez obteve insucesso nas urnas, seu antigo

correligionário José Américo elege outro aliado – Plínio Lemos, que segundo Araújo (2000, p. 83), marcou pelas transformações na sociedade civil proporcionando o surgimento de muitas associações, inclusive a dos professores.

Parentes e amigos mais chegados não concordaram, a princípio, com a decisão de Argemiro. Não que considerassem a Prefeitura de Campina um posto de segunda categoria para um ex-governador, ex-interventor, e ex-deputado federal. Temiam a dureza do embate e a perspectiva de uma derrota. (SILVESTRE, 1982, p. 269).

Segundo Silvestre (1982) a população campinense presenciou inúmeros levantes de violência no processo eleitoral de 51, para ele “A luta sucessória municipal de 1951, foi uma das mais violentas de todos os tempos, em Campina Grande. A linguagem usada nos comícios foi de um nível baixíssimo”. (SILVESTRE, 1982, p.271).

As acusações eram caluniosas, em especial a que recaía sobre Argemiro, de que ele teria, segundo Silvestre (1982, p.271), “(...) subtraído do Estado, quando interventor, um reprodutor bovino, denominado Lucas”, e guardado em sua fazenda.

Além disso, resgatou-se psicologicamente o episódio dos crimes da Praça da Bandeira na eleição de 50 em desfavor de Argemiro, de acordo com Silvestre (1982) grande foi “A “lavagem cerebral” que o povo campinense recebeu para acreditar que Argemiro era um dos responsáveis e mandantes dos crimes”. (SILVESTRE, 1982, p. 271).

Portanto, cabe mencionar novamente o quanto esses processos eleitorais foram cenário para inúmeras manifestações sob a égide da simbologia e que o processo histórico político que antecedia cada eleição era um campo propenso para as mais diversas manifestações populares, cada grupo buscando defender seus interesses, suas convicções políticas e pessoais, em especial, envolvendo os argemiristas e udenistas por um lado e americistas por outro.

CONSIDERAÇÕES

Buscou-se através deste estudo fazer uma releitura de fatos da história política de Campina Grande, especificamente das eleições de 47, 50 e 51, e seu envolvimento com a simbologia. Dentro de um recorte temporal que perpassa de 1947 a 1951, a pesquisa revelou que a referida época foi um período em que as provocações, sempre presentes nos pleitos eleitorais, se aliaram às inovações simbólicas. As ações nas campanhas, movidas por uma ideologia mista de ideal partidário e de afirmação democrática com idolatria aos líderes, buscavam a vitória e exaltavam o uso da simbologia nas mais diversas formas.

Este trabalho possibilitou a percepção de que o modo como surgiram os símbolos nos pleitos eleitorais campinenses e como eles se moldavam em cada situação, influenciaram as decisões do eleitorado e se perpetuaram até os dias atuais. O público, em especial os eleitores, dentro de toda diversidade social que se encontrava, opinava e identificava seu grupo ou seu candidato sob este ou aquele símbolo ou representação.

Os questionamentos acerca da participação dos argemiristas e a ação dos símbolos sobre estes e sobre seus adversários nas eleições de 47, 50 e 51, notadamente no contexto das derrotas de Argemiro, obtiveram apenas prováveis respostas num âmbito de deduções acerca de um imaginário percebido nas entrelinhas das bibliografias consultadas.

O movimento dos eleitores, a exaltação, a paixão, a fidelidade, são resultado da cultura política ou da qualidade inventiva de pessoas, anônimas ou não – como Felix Araújo – que punham os populares em busca de valores políticos que até o aquele momento desconheciam. Ou simplesmente, era o interesse maior da vitória independente do artifício simbólico, ou não, usado para tal. Percebe-se que são questões que retiram a noção de que tais manifestações surgem naturalmente, sem qualquer intenção, um mero objeto do acaso.

É preciso salientar a importância dessa pesquisa no intuito de restabelecer fontes, analisar o processo histórico dessas manifestações simbólicas no anseio popular, surgidas naturalmente do povo ou a ele impostas de forma que inflamasse seu imaginário, as proporções que tomavam e suas contribuições para o atual cenário político campinense.

Referir-se aos eleitores udenistas como um exército, salientava a simbologia da disciplina militar nas batalhas, o uso da cor amarela relacionada à pessoa de Argemiro, sua utilização em lenços, bandeiras, carros, flâmulas, faixas e roupas, e da mesma forma, os americista usarem outras tonalidades, como o branco utilizado na campanha de Elpídio de Almeida em 1947, fazia parte dessa correlação entre o símbolo e o que ele representava.

Ou ainda, os gestos com as mãos levantadas, braços e polegares erguidos, os panfletos, os manifestos, os hinos, as músicas, o uso de artistas; como ocorreu na campanha argemirista em 1950, em que se fez uma grande apresentação musical em Campina Grande, a batalha nos cordéis, as passeatas criadas pelo vereador Félix Araújo, as referências às passagens bíblicas, enfim, são exemplos incisivos que constataam a utilização da simbologia na política.

Entretanto, vale refletir até que ponto isso pode ser considerado como arma definidora em pleitos eleitorais que perpassam entre 1947 e 1951, tendo os argemiristas como personagens envolvidos e recaindo sobre eles uma representação simbólica que se aliava ao empreguismo, aos favores, a busca pelos cargos públicos e pelo status do poder.

Fato é, e dessa maneira persiste na política atual, que o uso dos símbolos pelos seguidores de Argemiro e pelos de José Américo, mudou concepções e fez a marcha eleitoral dedilhar por caminhos sinuosos em Campina Grande.

Dessa forma, em uma época em que crescia o eleitorado, o contingente de alfabetizados e de aliciados pelos cabos eleitorais aumentava, e o título eleitoral, como bem lembra Araújo (2000, p. 83), obtinha “valorização” como documento de identificação e como instrumento de conquista de valores e, sobretudo, firmava-se como símbolo maior do processo de votação.

Somava-se a tudo isso o surgimento de outras demonstrações simbólicas usadas pelos seguidores de Argemiro ou não, e capazes de provocar naqueles incomensuráveis demonstrações de apoio que transpassavam alinha tênue entre “razão e paixão na política”.

Esta pesquisa propiciou redescobrir historiograficamente que a história de um determinado grupo; especialmente os eleitores campinenses de fins da década de 40 e início dos anos 50, argemiristas, udenistas e americistas, transformados aqui em objeto de estudo propriamente dito; é capaz de propiciar novas vivências, válidas aqui, no sentido de ressignificar os artefatos simbólicos envolvidos no processo

sócio-político e histórico. Ela fez perceber o que parece ser a verdadeira vocação do historiador: voltar-se para um fato, ressignificá-lo, e dar ao presente o presente de novas interpretações.

O historiador é o profeta que olha para trás.

Heinrich Heine

Não há factos, há só interpretação dos factos.

Fernando Pessoa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti. **Desmascarando um Mistificador.** Erros e Desmandos do Atual Governo da Paraíba (1935-1940). Rio de Janeiro, RJ: Editora do Departamento Nacional de Propaganda, 1940, p.94-98.

ALEXANDRE, Marcos. **Representação Social:** uma genealogia do conceito. *Comum*, Rio de Janeiro, v.10, n. 23, jul./dez. 2004, p. 122-138. Disponível em: <http://www.comum.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **A Ciranda da Política Campinense:** 1945/1964. *In: Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande: Eliete Queiroz Gurjão (Org).* Ed. PMCG, 2000, p.79 - 98.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social.** *In: Enciclopédia Einaudi-Anthropos-Homem.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 309.

BARROS, José D'assunção. **O Campo da História.** Especialidades e Abordagens. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004, p. 106-109.

_____, José D'Assunção. **História Política, Discurso e Imaginário:** aspectos de uma interface. *In: Saeculum- Revista de História*, ano 11, n. 12 (2005) João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun. 2005, p.129-140.

BERSTIEN, Serge. **A cultura política.** *In: RIOUX; SIRINELLI (Org.). Para uma história cultural.* Lisboa: Estampa, 1998. p. 345-363.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** *In: Memória e sociedade.* Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

_____, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas:** o que falar quer dizer. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929 - 1989):** a revolução francesa da Historiografia. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no Imaginário Social:** O Caso Felix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1964). Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Campina Grande: UEPB, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p 17 -160.

_____, Roger. **O mundo Como Representação.** *In: Estudos avançados*, vol.5 nº. 11. São Paulo, Jan./Abr. 1991.

D'ALESSIO, Márcia M. & JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17. 1996, p. 123-149.

DUBY, George. **A história continua**. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**/Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 183.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Mª Fernanda B., GOUVEIA, Mª de Fátima S. Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.31-35.

JULLIARD, Jacques. **A Política**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.180-196.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOCFGV, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Sistema Representativo no Brasil**. 2ª ed. Alfa Omega, 1975, p. 47.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Trad. De Manuel Ruas. Portugal: Editorial Presença, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica**. In: MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 89.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **Em Busca de Uma Outra História: Imaginando o imaginário**. Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v. 15, n. 29,1995, p. 9-27.

_____, Sandra. J. **História e História Cultural**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 41-43.

RÉMOND, René. **Uma História Presente**. In: RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 13-36.

_____. **Do Político**. In: RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 441-450.

ROSANVALLON, Pierre. **Por Uma História Conceitual do Político**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (Orgs.) **Razão e Paixão na Política**. Brasília, DF: Editora da UnB. 2002, p. 07-57.

SILVESTRE, Josué. **Lutas de Vida e de Morte**. Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília, DF: Editora do Senado Federal, 1982, p. 21-272.

WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na Política Brasileira**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p.24.